COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – 02/12/04

Aos dois dias do mês de dezembro de 2004, às dez horas e trinta minutos, na sala de reunião SESAU-TO, deu-se início a Reunião Ordinária da COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, pelo Senhor Petrônio Bezerra Lola – Presidente e – **SESAU:** Ruth Mercês N. Paranaguá/Diretoria de Vigilância à Saúde; Jânio Potengi C. de Carvalho/Diretoria de Recursos Humanos; **Suplentes:** Karla Regina Miranda César Pereira – Diretoria do Lacen; Maria Luiza Salazar Freire/Diretoria de Assistência à Saúde;; **COSEMS:** Furtunato Soares Barros – Região Sul - Gurupi; Nilton Vale Cavalcante - SMS/Colinas; Ednalva Aires da Silva – Região Sudeste - Silvanópolis **Suplentes:** Alba Cléia E. Fernandes – SMS/Paraíso do Tocantins; **Convidados:** Inês David Rodrigues – ETSUS; Márcia Cristine Godoy Siqueira – ETSUS; Virgínia Mônica Nery Parente da Costa - ETSUS . O Senhor Petrônio Bezerra Lola, deu início a reunião: **ITEM 01 – Apreciação da pauta:** foi lida e apresentados os pedidos de inclusões e inversão da pauta, que foram aprovados por consenso; na sequência **ITEM 02 – Apreciação da Ata do dia 12 de outubro de 2004:** foi feita a leitura silenciosa pelos presentes que nada questionaram e assim foi aprovada por consenso; **ITEM 03 – Informes:** aberta a palavra o Sr. Furtunato convidou os presentes a participarem do Fórum de Saúde a se realizar no dia dez de dezembro de 2004. Onde serão convocados todos os Prefeitos Eleitos e secretários de saúde; **ITEM 04 – Assuntos Gerais:** o Sr. Presidente abriu a palavra e como não houve manifestação, passou-se para o item seguinte; **ITEM 05 – PLANVIGI – VIGISUS II:** a Sra. Valéria e a Sra. Ruth, Apresentaram o **PLANVIGI – do Estado do Tocantins**, e justifica a apresentação tardia em função de estarem aguardando a liberação da convocatória do Ministério da Saúde, o que só ocorreu em novembro. A Sra. Valéria informa que o recurso total do Estado e de R\$ 1.348.112,00 (Um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, cento e doze reais), divididos em

31 quatro anos em parcelas trimestrais com repasse fundo a fundo, sendo R\$
32 471.839,00 (quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e trinta e nove reais)
33 no primeiro ano, R\$ 404.433,80 (quatrocentos e quatro reais, quatrocentos e
34 trinta e três reais e oitenta centavos) no segundo ano, R\$ 337.028,00
35 (trezentos e trinta e sete mil, vinte e oito reais) no terceiro ano, e R\$
36 134.811,20 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e onze reais e vinte
37 centavos) no quarto ano. E esclarece que conforme explicação anterior, o
38 projeto tem quatro linhas de ações sendo a linha 1 - O fortalecimento da
39 capacidade Institucional, com 15%; linha 2 - Vigilância Epidemiológicas e
40 Controle de doenças transmissíveis, com 53%; linha 3 - Vigilância Ambiental,
41 com 22%; linha 4 - Análise da situação de saúde e Vigilância em doenças e
42 agravos não transmissíveis com 10% e informa que estes percentuais sofrerão
43 adequações, pois deve ser destinado um mínimo de quinze por cento dos
44 recursos para a linha 4. Informa também que virá para o Estado outro Recurso
45 no valor de R\$ 1.116.300,00 (Um milhão, cento e dezesseis mil, e trezentos
46 reais) destinados a capacitações descentralizadas da seguinte forma: 1º ano -
47 R\$ 390.705,00 (trezentos e noventa mil, setecentos e cinco reais); 2º ano -
48 R\$ 334.890,00 (trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e noventa reais); 3º
49 ano - R\$ 179.175,00 (cento e setenta e nove mil, cento e setenta e cinco
50 reais); 4º ano - R\$ 111.630,00. Em seguida apresentaram os Indicadores e
51 Metas do Plano, a Programação das Atividades do Plano e após alguns
52 questionamentos e esclarecimentos, foi aprovado por consenso. Em seguida foi
53 feita a apresentação do **PLANVIGI do Município de Palmas**, pela Sra.
54 Rosália que citou que nos quatro próximos anos o primeiro compromisso do
55 VIGISUS é a Modernização de Sistema Nacional de Vigilância a Saúde, para
56 isto contará com R\$ 314.550,00 (trezentos e quatorze mil quinhentos e
57 cinqüenta reais) no 1º ano, R\$ 158.000,00 (cento e cinqüenta e oito mil reais)
58 no 2º ano, R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) no 3º ano e R\$
59 52.000,00 (cinqüenta e dois mil reais) no 4º ano, que será trabalhado em
60 quatro linha como se segue: linha 1 - Fortalecimento da Capacidade Técnica
61 Institucional (aparelhagem e recursos humanos), que contará com 20% dos

62 recursos; linha 2 – Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças (sistema
63 de informática e doenças transmissíveis), com 50%; linha 3 – Vigilância
64 Ambiental (solo, ar e água), com 15%; linha 4 – Análise da Situação da Saúde
65 (que inclui todos os sistemas de informação e agravos não transmissíveis),
66 com 15%. Em seguida foram apresentadas as Metas do Município e após
67 alguns questionamentos e esclarecimentos, foi aprovado por consenso **ITEM**
68 **06** **Apreciação da Ata do dia 02 de setembro de 2004:** A Sra. Iandara
69 encaminhou o Ofício/SMS/SEGAB/nº 2015/04 DE 19/10/2004, solicitando
70 retificação da redação da Linha 118 a linha 122, conforme segue, "...Palmas.
71 Gracilaine informou que conforme relatório, toda produção apresentada esta
72 sendo paga pelo Ministério da Saúde. Na sequência, Haidée Campitelli/SEMUS-
73 Palmas. Levou ao conhecimento dos presentes uma Portaria do Ministério da
74 Saúde, onde informa que o valor que ultrapassar o teto pode ser descontado
75 do teto da média complexidade que o município recebe fundo a fundo, e que o
76 valor dos exames obrigatórios para pacientes de TRS não estão embutidos no
77 repassado pelo Ministério da Saúde. Logo, segundo Haidée, a Secretária
78 Municipal de Saúde de Palmas propõe aguardar até o mês de novembro de
79 2004, para que o MS efetue o pagamento e se faça uma nova avaliação com
80 relação ao teto de TRS..." , o que foi aprovado por consenso; . **ITEM 07 -**
81 **Qualificação da Equipe de Saúde Bucal:** A Sra. Keila, apresentou parecer
82 favorável à qualificação da 2ª Equipe de Saúde da Família no Município de
83 Santa Rosa e a 3ª no Município de Araguaçu. O que foi aprovado por consenso
84 pela Plenária; **ITEM 08 - Apreciação do Projeto de formação Técnica do**
85 **Agente Comunitário de Saúde:** A Sra. Virgínia e a Sra. Márcia fizeram a
86 apresentação do Projeto, informando que o objetivo é Proceder a formação
87 técnica do Agente Comunitário de Saúde e do Agente Escolar de Saúde,
88 instrumentalizando-os para o exercício profissional interdisciplinar,
89 fortalecendo a dimensão da integralidade das ações, e a lógica educativo-
90 preventiva e de promoção da saúde, no âmbito da atenção básica, qualificando
91 a política de saúde na perspectiva do direito; pretende atingir um público alvo
92 de 3.249 Agentes, até 2006, sendo aplicado em 18 municípios, com carga